



Carta Aberta aos Titulares dos Órgãos de Soberania da Guiné-Bissau

Os nossos melhores e respeitosos cumprimentos.

Por opção própria do legislador constitucional, a Guiné-Bissau adotou a democracia pluralista tendo elegido a proteção dos direitos humanos e a consolidação do Estado de direito como objetivos fundamentais do Estado.

Não obstante as sucessivas crises políticas e consequente instabilidade permanente que vem assolando a Guiné-Bissau nos últimos 22 anos, o país conservou determinados ganhos no domínio do exercício dos direitos civis e políticos nomeadamente, as liberdades de imprensa e de expressão, consideradas alicerces fundamentais de uma democracia pluralista.

Infelizmente, nos últimos tempos, o país vem assistindo aos atos e acontecimentos que consubstanciam graves retrocessos nas conquistas já alcançadas, sobretudo no que concerne aos valores e princípios axiológicos do Estado de Direito e Democrático.

Excelências;

Sem nenhuma pretensão de dramatizar a atual situação política, social e económica do país, permitam-nos elencar alguns factos e acontecimentos concretos que de *per si* constituem graves atropelos aos direitos humanos, com repercussões negativas na reputação e na imagem da Guiné-Bissau, nomeadamente:

1. Detenções arbitrárias e espancamentos dos cidadãos;
2. Anúncio de instalação de um sistema de vigilância e monitorização das comunicações dos cidadãos, sem nenhum quadro legal previamente estabelecido pela ANP, conforme reza a constituição da república;
3. Intimidações e perseguições dos jornalistas com o objectivo de limitar e condicionar o exercício da liberdade de imprensa e de expressão;
4. Proliferação de discursos políticos que incentivam o ódio, a divisão étnico-religiosa com potencialidade de se degenerar em atos de violência;
5. Disfuncionamento do sistema judiciário com particular destaque na paralisação do Supremo Tribunal de Justiça;
6. Especulação dos preços e cobranças ilícitas em todos os sectores da vida nacional, com particular enfoque nos transportes, fármacos e produtos da primeira necessidade, produzindo efeitos perniciosos na vida dos cidadãos;



7. Manifesta falta de segurança dos cidadãos e dos seus patrimónios cujo expoente máximo foi o assalto e destruição da Rádio Capital FM;
8. Violações sistemáticas da constituição e demais leis em vigor no país;

Os factos acima elencados, são apenas alguns exemplos de um quadro sombrio de violações da dignidade da pessoa humana e de disfuncionamento das instituições democráticas, com efeitos nefastos no processo da consolidação da democracia e do estado de direito.

Excelências;

Perante esta realidade dramática com tendência para agravar-se no próximos tempos, caso as medidas urgentes e adequadas não forem adoptadas, as organizações da sociedade civil subscritoras da presente carta aberta, exortam aos titulares dos órgãos da soberania os seguintes:

- a) Criar com carácter de urgência condições favoráveis ao exercício pleno dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos em conformidade com a constituição e as convenções internacionais ratificadas pelo Estado da Guiné-Bissau;
- b) Promover o diálogo inter-institucional e entre os atores sociais com vista a apaziguar os ânimos e a tensão política e social reinante no país;
- c) Demarcar-se publicamente e desencorajar todos os comportamentos que consubstanciam em violações dos direitos humanos e consequente ameaça à paz e à coesão nacional;
- d) Adotar medidas que visam a suspensão do processo de instalação do sistema de vigilância e monitorização das comunicações, enquanto a ANP não exercer a sua competência exclusiva sobre a matéria;
- e) Exigir as instituições democráticas e judiciais a investigação de todos os atos de espancamentos dos cidadãos e o recente assalto e destruição da Rádio Capital FM;
- f) Renunciar e desencorajar os discursos segregacionistas e de incentivo ao ódio e a violência gratuita, contribuindo para a promoção da unidade e concórdia nacional;
- g) Promover a cultura do respeito pela dignidade da pessoa humana, pela Constituição da República e legalidade democrática;
- h) Criar condições que permitam o funcionamento pleno do sistema judiciário, no quadro da separação e interdependência dos órgãos de soberania;



- i) Encorajar e promover o exercício pleno da liberdade de imprensa e da expressão nos estritos limites impostos pela constituição da república e demais legislações em vigor no país.

Excelências;

O atual contexto político, social e económico da Guiné-Bissau exige dos titulares dos órgãos de soberania, em especial o Presidente da República, uma postura reconciliadora e de maior abertura ao dialogo, de forma a estabelecer pontes e sinergias entre diferentes sensibilidades políticas e sociais do país em torno dos grandes desígnios nacionais, nomeadamente, a promoção da estabilidade governativa, combate a corrupção e impunidade, promoção e respeito pelos direitos humanos e igualdade e equidade género e de todos os segmentos sociais, entre outros.

Para a concretização destas e outras premissas, as Organizações da Sociedade Civil, no quadro das suas ações de complementaridade, estão disponíveis para colaborar com as instituições democráticas no estrito cumprimento da constituição e demais leis em vigor na Guiné-Bissau.

Pela Paz, Democracia e Direitos Humanos

Bissau 28 de Julho de 2020.

As organizações subscritoras

1. Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento
2. Liga Guineense dos Direitos Humanos
3. Plataforma Política das Mulheres
4. Rede Paz e Segurança Para a Mulheres no Espaço CEDEAO- REMPSECAO
5. Rede Nacional de Luta Contra Violência Baseada no Género
6. TINIGUENA – Esta Terra é Nossa
7. Conselho Nacional da Juventude
8. Rede Nacional das Associações Juvenis
9. Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes

Em



10. Rede dos Defensores dos Direitos Humanos

11. Fórum Nacional da Juventude e População

12. Associação Nacional para o Desenvolvimento Local

